



Assembleia de Freguesia de Oia

Quadriénio 2013-2017

Ata número três

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Oia, nos termos do regimento em vigor, para a realização de uma assembleia extraordinária, em cumprimento dos respectivos Edital e Convocatória.-----

O Presidente da Mesa declara aberta a sessão e, depois de cumprimentar os membros da Assembleia e o público presente, faz uma alusão calorosa à presença massiva de elementos do público, incitando-os, para além da presença, a uma participação ativa, naturalmente dentro das regras regimentares, dando assim corpo a uma cidadania entusiasta e expressão a uma completa democracia participativa, como é seu desejo e julga ser de todos os elementos daquela Assembleia e Executivo.-----

De seguida foi verificada a existência de quórum, tendo o Presidente da Mesa referido a substituição, na lista do PSD, do elemento Alexandre Oliveira, que apresentou justificação, pelo elemento Vasco Esperança, indicado pelo elemento Sérgio Lopes. O Presidente da Mesa referiu que voltaria a esse assunto em fase posterior da Assembleia. Nessa sequência, e após informar não lhe terem sido trazidos quaisquer assuntos de relevo com destino à apreciação da Assembleia, questionou os elementos presentes sobre se teriam, também eles, algum assunto extra convocatória, que entendessem dever ser apreciado naquela sede, não tendo havido qualquer menção.-----

Após este momento foi dado início à Ordem de Trabalhos, tendo sido colocada à votação a ata da reunião anterior, referida na convocatória no ponto um de antes da ordem do dia, por ter sido dispensada a sua leitura. -----

Foi nesse momento pedida a palavra pelo elemento Sérgio Lopes, tendo chamando à atenção do Presidente da Mesa para que, no seu entender, deveria ser dada posse ao elemento Vasco Esperança. Nesse contexto foi pelo Presidente da Assembleia suspensa a discussão e votação da ata em curso, de modo a esclarecer os presentes sobre a situação, conforme sua referência anterior, evitando assim quaisquer dúvidas no decurso dos trabalhos. Explicou ser sua intenção abordar o assunto logo após a votação da ata que estava a decorrer. Ciente que tratando-se de uma substituição não haveria lugar a tomada de posse, posição também partilhada pelos restantes elementos da mesa, o Presidente da Assembleia questionou o elemento Sérgio Lopes porque razão a substituição em epígrafe não seguiu a ordem da lista apresentada a votação, como previsto no Artº 21º do Regimento e na Lei geral, sendo o elemento Vasco Esperança o 6º

suplente, conforme lista em sua posse, e em tempo pública para efeitos de eleitorais, e não o 1º como deveria ser, informando ainda não lhe ter sido justificado por qualquer dos restantes cinco suplentes, prévios ao elemento Vasco Esperança, qualquer impossibilidade de presença. Questionou ainda, procurando mais informação, o elemento Sérgio Lopes, o elemento Vasco Esperança, ou qualquer outro elemento da Assembleia, se teriam conhecimento de alguma justificação para essas ausências, embora esta lhe fosse directamente devida. À questão respondeu o elemento Sérgio Lopes, referindo que simplesmente essas pessoas não puderam estar presentes. Insistindo ainda o Presidente da Mesa na forma da justificação, o elemento Sérgio Lopes referiu ter havido telefonemas e conversas entre si e os elementos em causa, tendo essa manifestação sido feita a ele próprio. O Presidente da Mesa referiu que era à mesa, e por sua via à Assembleia, que tal justificação deveria ser apresentada, e não de outra forma. Mais informou que não pretendendo colocar em causa o funcionamento daquela Assembleia, e que, fazendo fé na justificação do elemento Sérgio Lopes, não iria colocar qualquer problema, doravante não mais toleraria nenhuma situação do género.-----

Retomada a ordem de trabalhos, foi pelo Presidente da Mesa reaberta à discussão a ata da reunião anterior, tendo o elemento Sérgio Lopes pedido a palavra, que depois de concedida apresentou duas questões, que apelidou de pormenor, sendo que no seu entender melhor traduziriam os acontecimentos. Ambas as questões foram aceites pelo presidente da mesa, que se encarregou de promover os necessários ajustes. Foi ainda pedida e concedida a palavra ao elemento Vasco Esperança, que procurou esclarecer uma sua dúvida sobre se deveria, ou não, votar a ata, dado ter estado presente na Assembleia em causa como elemento do público. O presidente da mesa referiu ser seu entendimento que o elemento Vasco Esperança poderia, mas não deveria, votar a ata, sendo prática comum nessas situações o recurso à abstenção por imperativo de consciência. -----

Posta à votação foi a ata aprovada por maioria, com a abstenção do membro Vasco Esperança, pelo motivo acima referido.-----

Dando sequência aos trabalhos e antes de avançar para o ponto seguinte, o Presidente da Mesa informou a Assembleia ter sido contactado por dois seus elementos relativamente à forma de comunicação adotada para as convocatórias, tendo-lhe sido referido que tal acarretaria custos não habituais, nomeadamente em papel e toner. Mostrando compreensão, quer da sua parte quer da parte do Senhor Presidente do Executivo, o Presidente da Mesa informou que o Senhor Presidente da Junta disponibilizou e colocou algumas resmas de papel na sala, para que os Senhores elementos da Assembleia pudessem levar, compensado de alguma maneira esses custos. Mais lembrou que a decisão sobre o modelo de comunicação por via informática surge por sua iniciativa, mas que foi aprovada por unanimidade na sessão anterior, não lhe parecendo fazer sentido alterar o modo, sobretudo sem que se tenha dado tempo suficiente a uma melhor percepção do seu funcionamento, tratando-se a presente situação de uma reacção directa a uma convocatória em que, extraordinariamente, a quantidade de documentação enviada foi anormal. Ficou no entanto o assunto pendente para posterior reavaliação, mais para final do ano, se a Assembleia assim o entender.-----

Passou-se de seguida ao ponto dois de antes da ordem do dia, tendo o Presidente da Mesa concedido a palavra ao Presidente do Executivo para que prestasse tais informações. -----

Tomando a palavra pelo Presidente do Executivo, após cumprimentar todos os presentes, mencionou que apesar de não ser obrigatória a apresentação sistemática da actividade da junta nas assembleias extraordinárias, era sua intenção, e do restante executivo, prestar sempre contas pormenorizadas à Assembleia, pugnando assim por um maior e mais concreto nível de transparência, quer no atos, quer nas decisões da junta. Referiu ainda ser sua intenção ter apresentado a correção aos erros do orçamento de 2014 apresentado na última Assembleia,

reafirmando ter-se efectivamente tratado de um problema do sistema informático usado, em tempo anterior, mas ponderada a questão com igual urgência em apresentar os regulamentos trazidos à presente Assembleia, em particular os protocolos em desenvolvimento com a Câmara Municipal, acabou por dar alguma preferência a este segundo aspeto, parecendo-lhe, com esta decisão, não ter prejudicado o regular funcionamento, quer da Junta quer da própria Assembleia. Terminou disponibilizando-se para esclarecer a Assembleia nalgumas questões que fossem suscitadas. -----

Nesse enquadramento foi pedida a palavra pelo membro Inês Ribeiro, que depois de autorizada e no uso da mesma, cumprimentou a mesa, o executivo e o público presente, e colocou uma questão ao senhor presidente do executivo, solicitando esclarecimento sobre o diferendo existente entre a Junta de Freguesia e a ex-trabalhadora Lurdes, referido no ponto 10. do documento em discussão. -----

Não tendo havido outras questões, o Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Executivo o favor de responder à questão colocada pela Inês Ribeiro. Explicou o Presidente da Junta tratar-se de um diferendo transitado do executivo anterior, relativo ao não pagamento de abono para falhas à trabalhadora. O actual executivo recebeu, já na fase de transição, dois pareceres ainda solicitados pelo anterior executivo, da ANAFRE e da CCDRC, que sujeitou ao entendimento dos serviços jurídicos da CMOB, para obter uma terceira opinião. Baseados nesses três pareceres, todos favoráveis ao pagamento do abono em referência, foram realizadas ainda duas reuniões extraordinárias sobre o assunto com o anterior executivo, tendo sido unanime que se deveria pagar o valor em dívida. Mais referiu não existir definição clara, nem nas atas do executivo nem em qualquer outro meio de comunicação entre o executivo e os trabalhadores, designando quem deveria receber o abono para falhas, nem da forma como este assunto deveria ser tratado nas ausências do trabalhador com a responsabilidade de tesouraria, e por consequência com esse direito assegurado. Apurados os valores, e já em sede de reunião com a ex-trabalhadora, verificou-se haver diferenças nas importâncias apuradas por este e aquelas apurados pelo actual Executivo. Entrando em processo de negociação com a presença dos Senhores Presidente e Tesoureiro do Executivo, para além da ex-trabalhadora, conseguiu-se chegar a acordo por um valor de 2.750€, substancialmente abaixo dos valores calculados por ambas as partes, tendo-se de imediato procedido ao pagamento e firmado em documento escrito declaração e reconhecimento da ex-trabalhadora Lurdes, afirmando que desta forma a Junta de freguesia de Oiã deixaria de lhe dever qualquer valor a qualquer título, encerrando-se assim um problema da Junta de Freguesia que em nada beneficiava a sua imagem. -----

Previamente ao de encerramento do período de antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa referiu ainda os efeitos do mau tempo que se tem feito sentir, com chuvas muito acima do normal, tendo reparado que as duas principais estradas de Malhapão tem funcionado como quase único meio de escoamento, porquanto independentemente da grande quantidade de água, as valetas nunca foram verdadeiramente limpas, antes eram apenas cortadas as ervas, situação esta que, felizmente não verificou noutros locais. Também referiu que os caminhos rurais, na sua opinião em razoável estado antes das chuvas, estariam agora a ficar em difíceis condições de circulação, tendo visto mesmo alguns serem atravessados por autênticas valas de água, necessitando de intervenção tão breve quanto possível, assim que o tempo o permita. -----

Pedida e concedida a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, este aproveitou para, no seguimento do assunto em referência, prestar um público agradecimento aos trabalhadores ao serviço da junta, que tudo fizeram para minimizar as situações de alagamento de estradas e caminhos, trabalhando mesmo quando as condições estavam mais difíceis. Referiu ainda ser também sua forte preocupação o estado dos caminhos rurais, prometendo intervenção tão rápida quanto possível, certo de que não se conseguirá resolver todos os problemas ao mesmo tempo.--

Dando início ao período da ordem do dia, o Presidente da Assembleia colocou de imediato à votação a ratificação dos documentos de suporte ao orçamento de 2014, tendo o ponto sido aprovado por unanimidade. -----

Em continuidade da ordem de trabalhos, foi proposto pelo Presidente da Mesa que os pontos 2 a 12 do período da ordem do dia fossem apresentados de uma única vez, independentemente das respectivas discussão e aprovação, que deveriam ser ponto a ponto, de modo a conseguir-se alguma poupança de tempo. Mais referiu uma correcção a ter em conta nas propostas dos pontos 2 a 9, devendo em todas ser substituída a palavra publicação pela palavra publicitação. Não tendo havido qualquer oposição à proposta, foi no entanto solicitada a palavra pelo membro António Pinto, que depois de cumprimentar todos os presentes, se dirigiu ao executivo e à mesa, referindo não ser para si um problema ter de imprimir a documentação que lhe era enviada, antes sim, no caso, a quantidade de informação enviada que, mesmo respeitando os prazos regimentares, como o foram, não permitiu uma preparação com o nível de profundidade desejado, sendo esse, no seu entender obrigação de todos os elementos da Assembleia. Solicitou, por essa razão, que sempre que possível fosse feito um esforço adicional pelo executivo e pela mesa, de modo a enviar a documentação com maior antecedência. Mais referiu ser seu entendimento que as propostas apresentadas estão todas referenciadas como “regulamento”, quando, de acordo com a sua interpretação da Lei 75/2013, em particular no seu Artº 16º, secção 1, alínea h), quando refere que os regulamentos externos à freguesia devem ser referenciados como “projectos de regulamento”, devendo por isso ser feito esse ajuste em todas as propostas, com excepção da número 6, por entender tratar-se de um regulamento interno.-----

O Presidente da Mesa agradeceu a intervenção, referindo a sua compreensão ao problema da falta de tempo e bem ainda à necessidade de maior exigência da linguagem técnica a usar nas convocatórias e documentos enviados, realçando porém que, presentes os objectivos a alcançar, um projecto de regulamento sempre terminará num regulamento, depois de aprovado, e que tal diferença parece não prejudicar nem influenciar qualquer sentido à discussão ou votação. -----

Nesse momento foi também pedida a palavra pelo elemento Sérgio Lopes, que depois de concedida, começou por referir a sua concordância com o elemento António Pinto no que toca à quantidade de informação e à antecipação da entrega da informação. Referiu de seguida ser uma das pessoas que se queixou relativamente ao facto da documentação ter passado a ser entregue em formato digital, não pela questão de querer ser compensado pelo papel, ou por causa do toner gasto, mas porque gosta de ler no papel, onde tira as suas notas, e por não gostar de ler no computador. Sugeriu que de futuro a documentação fosse enviada em papel, porque a ideia com que ficou, e pensa que as restantes pessoas também ficaram, foi de que o mail seria apenas um meio de agilizar a comunicação, servindo para entregar alguns documentos mais tardiamente, situação que subscreve e concorda, mas que para uma assembleia com uma convocatória e 29 anexos entende que já não dever ser dessa forma, afirmando ter sido isso que comunicou ao Presidente da Assembleia. Mais informou, como posição pessoal e em nome da bancada do PSD, que não teriam grandes questões a colocar a nenhum dos pontos apresentados e em aberto para discussão, para além de três ou quatro situações pontuais, pelo que propunha a discussão de todos os pontos de uma única vez, contribuindo assim para agilizar o desenvolvimento dos trabalhos, mantendo-se a votação ponto a ponto, procurando também ir ao encontro da proposta da mesa. -----

Verificado pelo Presidente da Assembleia não haver discordância de nenhum elemento quanto à proposta apresentada pelo elemento Sérgio Lopes, ficou decidido dar esse novo alinhamento à assembleia. Mais explicou o Presidente da Mesa, em resposta à questão do meio de comunicação levantada pelo membro Sérgio Lopes, que a intenção inicial sempre foi de passar toda a comunicação com os membros da Assembleia para meios e formatos mais modernos e não

apenas algumas situações, como referido. Mais disse compreender a reacção, pela razão da quantidade anormal de documentos que sustentam a sessão em curso, mas que, sendo de esperar que sem sempre será assim, deixou em aberto a hipótese de se reavaliar a situação mais para final do ano. -----

De seguida o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Executivo para proceder à apresentação dos pontos a discussão nos termos combinados, tendo este de imediato procedido a uma retificação, referindo não se tratar de uma apresentação global dos pontos 2 a 12, antes os pontos 2 a 9; tal situação foi de imediato aceite pelo presidente da mesa, por verificar tratarem-se de distintas situações, aquelas tratadas nos pontos 2 a 9, daquelas tratadas nos pontos 10 a 12, porquanto umas serem diretamente originárias do executivo, e as restantes terem origem na Câmara Municipal. Retificada a situação, foi de novo concedida a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, que aproveitou para, referindo-se às preocupações apresentadas pelo membro António Pinto e bem ainda explicando e reforçando a necessidade de se proceder à substituição da palavra publicação pela expressão publicitação, quer por não ser obrigatória no caso dos sete regulamentos presentes à assembleia, quer por, naturalmente, ser mais dispendiosa. Aceitando a correcção proposta pelo membro António Pinto, mais referiu ter trazido os regulamentos à Assembleia com a simples referencia de “regulamentos”, por tal ter sido sempre prática nos últimos anos, sem que o atual executivo se tenha apercebido desse pormenor técnico. -----

Passou de imediato à apresentação da proposta nº2, referindo que a mesma regulamenta o apoio a alguns estudantes universitários, por via de bolsas de estudo, correspondendo à concretização de mais um compromisso assumido perante o eleitorado. Pretende assim o executivo participar com 5 bolsas anuais, no valor de 850€ cada, os alunos mais carenciados da freguesia. A fixação do valor surge pelo facto de as universidades já não praticarem os mesmos valores de propinas, quer de outras ajudas sociais, pretendendo por seu lado o executivo não diferenciar nenhum dos alunos da freguesia por andarem a estudar numa ou noutra universidade. Mais referiu, quer quanto a este quer quanto aos restantes regulamentos, terem os mesmo sido apreciados por dois gabinetes jurídicos. -----

Continuando a apresentação, o Presidente do Executivo referiu que na área jurídica e emigração, correspondente à proposta nº3, o executivo pretendeu abrir mais o jogo, acrescentado mais áreas do que aquelas prometidas no momento da campanha, fruto de novas propostas que lhe foram chegando e, naturalmente, de maior maturação de ideias, como sejam a ajuda em questões relacionadas com Segurança Social e legalização de viaturas, entre outras. Está garantido o funcionamento do gabinete, estando tudo tratado com as pessoas que vão colaborar voluntária e gratuitamente, faltando apenas estabelecer o horário, e naturalmente a prévia aprovação do presente regulamento. Já em matéria de regulamento de mérito a jovens estudantes, corporizada na proposta nº4, orientada para alunos do 1º, 2º e 3º ciclos e secundário, explicou que o executivo pretende reconhecer e incentivar o trabalho dos jovens estudantes da freguesia, contemplando 2 alunos por ciclo, num total de oito. No que respeita à proposta nº5, relativa ao regime geral de taxas da autarquia, apenas foram revistos alguns aspectos relativos às isenções, retirando as isenções respeitantes a famílias carenciadas e a desempregados de longa duração, por ser extremamente difícil distinguir quais as pessoas efectivamente nessas condições, sem que tal fosse atestado pelos respectivos serviços de acompanhamento, quer sejam da Câmara ou outros, inviabilizando, pelo tempo que demora, a entrega da documentação requerida na Junta em tempo oportuno. Mais referiu no entanto, que desde que assumiu funções, e muito embora conheça grande parte da população da freguesia, naturalmente não a conhece toda pessoalmente, ainda ninguém levantou um atestado ou declaração sem que nos cofres da junta tivesse dado entrada o valor respectivo, algumas vezes não sendo o interessado a suportar o custo, mas terceira pessoa a suportar por ele. Passou de seguida à proposta nº6, referente ao regulamento

interno da junta, referindo não terem sido feitas alterações com significado relativamente à versão anterior, do anterior executivo, trazendo este regulamento à assembleia com o intuito mais formal da renovação da sua autorização, por renovação das equipas, quer do Executivo quer da Assembleia. No que respeita ao apoio à comparticipação de medicamentos, corporizado no regulamento da proposta nº 7, explicou o Senhor Presidente do Executivo tratar-se da materialização de mais uma promessa feita à população, suficientemente clara no texto proposto, o que muito se ficou a dever a uma participação ativa do Senhor Dr. Amílcar Pereira, a quem agradeceu penhoradamente a colaboração. Mais continuou, apresentando o ponto nº8, relativo ao regulamento sobre o funcionamento e utilização dos equipamentos da freguesia, mencionando em particular o funcionamento da piscina, mas antecipando possíveis novas utilizações e responsabilidades do auditório, do centro cívico e de outros eventuais equipamentos comuns, como se espera ainda do futuro pavilhão a construir. Relativamente ao regulamento de cadastro e inventário da junta, aludido no ponto 9 da convocatória, o Senhor Presidente da Junta informou tratar-se de ferramenta essencial a uma gestão eficaz do património da freguesia, até aqui inexistente, comprometendo-se a entregar em próxima Assembleia, se não um trabalho finalizado, pelo menos o maior levantamento possível dos bens da Junta, até porque, recordou, este Executivo se encontra em funções há apenas 4 meses, e não existia trabalho feito nesta matéria. E nestes termos deu por terminada a sua apresentação dos 8 pontos iniciais, tal como acordado. -----

Agradecendo a explicação, de imediato o Presidente da Mesa colocou os pontos 2 a 9 à discussão, questionando a Assembleia sobre quem desejaria intervir. O membro Sérgio Lopes pediu a palavra, recordando que a sua intervenção, correspondente à sua postura particular, bem como à postura dos elementos do PSD, seria construtiva, de certa forma marcando uma diferença relativamente a outros comportamentos em tempos anteriores. Assim, no seu entendimento, disse que se o Executivo entendeu necessitar dos instrumentos de trabalho propostos para melhor executar as suas funções, que assim fosse, muito embora desejasse esclarecer algumas questões de pormenor. Mais referiu que a questão levantada pelo membro António Pinto relativamente ao pouco tempo para análise da documentação entregue e atendendo a que, no seu entendimento, a publicitação passa pela afixação para consulta pública pelo período de trinta dias, se nesse entretanto surgir alguma outra questão, analisada com mais calma e pormenor, espera poder ser possível sugerir alterações, pelos membros da Assembleia mas também enquanto público e freguês da freguesia, sendo para ele esse o intuito da publicitação referida. Relativamente ao regulamento geral de taxas da freguesia e o regulamento interno, ou normas NCI e regulamento do inventário afirma já existirem, só estando ali apresentados por, na sua perspectiva, ser obrigatório, não tendo mesmo verificado nenhuma alteração as mesmos, da leitura horizontal que fez. Mais disse, relativamente ao regulamento sobre utilização e funcionamento de equipamentos para a freguesia, que existe um regulamento específico na Junta para o funcionamento da piscina do Parque do Vieiro mais completo para o fim em vista, embora exclusivo apenas à piscina. Continuou referindo-se ao regulamento de taxas e ao aspeto particular da retirada das isenções, relembrando ter já feito referência a esse assunto na Assembleia anterior, particularizando que a Junta de Freguesia de Oiã é referida no Centro de Emprego de Águeda como um mau exemplo das Juntas de Freguesia, porque cobra dinheiro pelos atestados a desempregados. Recorda que várias coisas foram ditas naquela sede, aquando da anterior discussão sobre o assunto, concordando com muito do que se disse na altura, mas parecendo-lhe que um desempregado de longa duração, aquele que tem mais de nove meses nessa condição, deveria estar isento. Sobre o regulamento do equipamento questionou ainda se haveria alguma razão específica para a colocação dos escuteiros numa segunda prioridade, logo a seguir à própria junta, e se seria assim para todos os equipamentos

do regulamento, embora nada tendo a opor se tal se referisse apenas ao caso do Centro Cívico. Importaria, quanto a si, melhor esclarecer o assunto, porquanto o regulamento é de âmbito geral, podendo, a título de exemplo, poder ser interpretado como os escuteiros tendo preferência no acesso à piscina, por comparação com um atleta da associação desportiva de Oiã, ou outro. Esclareceu ainda nada ter contra os escuteiros, pelo contrário, mas que apenas pretendia ajudar a melhor esclarecer o regulamento, mormente o seu Artº10º. Terminando, colocou ainda uma questão relativa ao regulamento das bolsas de estudo, opinando que deveria haver uma referência no regulamento que impedisse a acumulação com outras bolsas de estudo obtidas noutras proveniências.-----

Antes de avançar para outras intervenções o Presidente da Assembleia esclareceu que o período de publicitação previsto em Lei e referido pelo membro Sérgio Lopes é de 5 dias úteis e não trinta, no que aliás foi secundado pelo membro António Pinto. -----

Mantendo os assuntos à discussão foi pelo Presidente da Assembleia dada a palavra ao membro Vasco Esperança, que depois de cumprimentar a mesa, o executivo, os restantes membros da assembleia e o público, questionou o executivo sobre se terá feito algum tipo de análise relativamente ao universo de pessoas que possam ser objecto das ajudas referidas no regulamento de apoio aos medicamentos, e se por essa via teria alguma estimativa de custos para a Junta de Freguesia. Mais questionou ainda o Executivo sobre a forma como pretendia avaliar os bens patrimoniais referidos no Artº 2º como método de exclusão ao acesso às ajudas referidas, estabelecido em 50.000€. No seu entender uma pessoa possuidora de uma casa modesta ficará automaticamente excluída, mas não só, referiu ainda que uma pessoa, vivendo em casa arrendada, mas tendo no banco valor igual ou superior àquela referência, não sendo no entanto possível avaliar, por não ser possível levantar o sigilo bancário para o efeito, poderia ter acesso a estas ajudas, criando desta forma potenciais diferenças de tratamento. -----

Seguindo a discussão, foi pedida a palavra pelo membro Amilcar Pereira, que depois de cumprimentar os presentes, apontou o que no seu entendimento se trata de uma simples retificação, relativa à alínea d) do ponto 1, do Artº 2 do regulamento de comparticipação de medicamentos, referindo que onde se lê “...doenças pulmonares obstrutivas ...” deve ler-se “...doenças pulmonares obstrutivas ...”. Mais questionou o Executivo sobre a forma como entende determinar casuisticamente o prémio a atribuir a jovens estudantes, tal como previsto no Artº 4º do regulamento. -----

O membro António Pinto, a quem foi de seguida concedida a palavra, começou por parabenizar o executivo por, em apenas cerca de quatro meses, ter já conseguido concretizar um tão vasto número de acções, em cumprimento de promessas eleitorais, sobretudo nas áreas sociais, que lhe são particularmente caras, e que ele próprio também defendia no mesmo período de campanha. Questionou de seguida a Junta sobre a existência de algum acordo ou protocolo com a Câmara Municipal sobre a prestação dos serviços de informação previstos na articulação com aquela entidade por via dos seus serviços sociais, referidos nas propostas 2 e 4, pretendendo saber, a existirem tais acordos, em que termos estarão definidos, afirmando ainda, nessas condições, que no seu entender deveriam ser anexos às respectivas propostas. Ainda relativamente à questão das taxas a aplicar, e muito embora não fosse do seu conhecimento a tabela anterior, mencionou ter esperança que fosse apresentada uma redução de alguns valores, atendendo à conjuntura económica desfavorável que todos estamos a viver e ao reconhecimento do sentido social demonstrado pelo executivo, muito embora concordando com boa parte deles, apenas não nos casos das taxas de secretariado e naquelas de frequência da piscina para crianças com mais de 10 anos, onde entende haver alguma disparidade com outras freguesias, referindo ainda que hoje em dia “tostões também é dinheiro”. Mais afirmou, em conclusão, que não tem

outras referências a fazer quanto às propostas apresentadas, afirmando que no seu entender o executivo está no bom caminho e que o povo Oianense só terá a ganhar com todas estas acções. Não havendo outras intervenções, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente do Executivo para as respostas solicitadas, procedendo igualmente, caso assim entendesse, a algum contraditório que se lhe impusesse.-----

Começando a sua resposta pelas questões colocadas pelo membro António Pinto, no que respeita à articulação com a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, o Presidente do Executivo referiu não ser do seu conhecimento a existência de qualquer protocolo, mas afirmou haver um princípio estabelecido com a Câmara Municipal para a realização das tarefas indicadas, como não podia deixar de ser, logo se verificando mais à frente se haverá necessidade de se reduzir essa situação a escrito. -----

Relativamente ao valor das taxas a aplicar pelos serviços da Junta, mencionou que se hoje é entendido elas serem caras, então há oito anos elas eram ainda relativamente mais caras. Mais referiu ainda o esforço que se está a fazer conjuntamente com as restantes freguesias do Concelho para se criar uma uniformização de taxas, pesando embora diferenças particulares que só a algumas assistem, como é o caso das feiras. Em resposta à questão do Dr. Amílcar Pereira, referiu que mais que qualquer valor monetário, o que a Junta pretende é dar o reconhecimento e o mérito devidos àqueles alunos que se distingam, materializando-o num diploma e/ou outra forma que crie e deixe marca nos envolvidos. Contudo também referiu que a eventual questão monetária não está fora de cogitação, razão por que está já à procura de mecenas que aceitem contribuir nesta matéria, razão por que o texto proposto no regulamento ficou com a abertura necessária a qualquer hipótese que possa ocorrer. Garantido está, no entanto, a marca cerimonial e o diploma a atribuir pela Junta, dando mérito àqueles alunos que, mesmo para além de eventual dificuldade financeira, ainda sofrem acrescidamente por, ao invés de poderem estudar e distrair-se um pouco, ainda terem de chegar a casa e ir ajudar os pais nos seus trabalhos e labuta diária. Não será dar o mérito ao melhor aluno que já tem computador e biblioteca em casa e que frequenta normalmente todo um conjunto de actividades circum-escolares, pois a obrigação desses alunos serem bons é superior à daqueles que aqui se pretende distinguir. -----

Em resposta ao membro Vasco Esperança garantiu que, com os dados em sua posse, não haver nada que indique que a Junta de Freguesia ultrapasse um valor anual de contribuições em medicamentos superior a dois mil e quinhentos euros. Assegurou no entanto, no seu entender, que se o valor for superior a esse, considera o dinheiro bem gasto. Mais afirmou que se num ano tivesse de decidir entre fazer uma fonte ou usar o dinheiro para este efeito, não hesitaria em gastá-lo na ajuda aos que precisam de medicação e não têm dinheiro para a adquirir, garantindo ainda assim que a fonte nunca deixaria de ser feita no seu mandato, se não naquele ano, no seguinte sê-lo-ia com toda a certeza. -----

Já dando resposta às questões suscitadas pelo elemento Sérgio Lopes, e à questão “vistos e ditos no Centro de Emprego de Águeda”, referiu que aquele membro não disse tudo o que devia, pois não era apenas o desempregado de longa duração que ali se deslocava que ouvia tais declarações, antes todo e qualquer cidadão que lá fosse, a que título fosse, que ouvia tais “bocas”. Mais referiu que a senhora que assim se pronuncia já foi por si contactada chamando-a à razão, solicitando-lhe, sob pena de ter de avançar para diferente processo, mormente dirigindo-se superiormente, que a pessoa se pronunciasse apenas sobre a actividade e decisões da sua competência e nunca sobre o que dela não depende, mormente sobre o que é decidido na Assembleia de Freguesia de Oiã, independentemente de ser esta ou outra composição. Mais uma vez reiterou que, independentemente de se ter deixado de aplicar as isenções, ainda nenhum freguês deixou de ser atendido, levantando os seus documentos, mesmo quando os não podia pagar, e nem por isso os cofres da freguesia deixaram de receber o dinheiro devido.-----

Sobre a questão do regulamento específico da piscina, o Presidente do Executivo esclareceu não ter conhecimento da sua existência, nem desse nem de outros documentos que se diz existirem, porquanto já os solicitou aos serviços, bem como já revolveu os arquivos da Junta sem os encontrar, e aproveitou a ocasião para solicitar ao elemento Sérgio Lopes, elemento do anterior Executivo, caso fosse conhecedor do seu paradeiro ou possuidor de alguma cópia, o favor de lhe entregar para assim completar o que para alguns parece ser falha nos arquivos da freguesia; não só desse documento, como de outros, relativos a comunicações com empresas e noutras áreas, questionando-se ainda se os mesmos não existiriam em formato digital, e que quem apagou o conteúdo dos computadores da Junta não terá, por engano, apagado também esses.-----

Quanto ao Artigo décimo do Regulamento de uso do equipamento da freguesia, declarou que ao colocar aquela ordem de prioridades estava realmente a pensar no Centro Cívico, onde, no eu entender, reina a desordem, a qual irá terminar com as medidas que irá tomar.-----

Ponderando se terá respondido a todas as questões, foi alertado pelo membro Vasco Esperança não ter respondido à sua questão dos cinquenta mil euros. Nessa sequência, o Presidente do Executivo mencionou, simplesmente, que quer os Serviços da Câmara Municipal, quer a Segurança Social, conhecem bem as pessoas que se encontram nessas situações, quanto mais não seja para efeitos de atribuição dos subsídios ou rendimentos de subsistência, não havendo razões para não acreditar nesse sistema, também complementado com as declarações anuais de IRS, e bem ainda com conhecimento e manifestações públicas do interessado, terminando desta forma o período de resposta as questões colocadas.-----

Não havendo outras questões o Presidente da Assembleia decidiu por momentos despir o papel de Presidente, tomando o lugar de simples membro da Assembleia, para dar uma nota muito pessoal sobre o estudo que fez à documentação apresentada, apontando em particular uma referencia ao regulamento de taxas da freguesia, informando ter verificado que o Artigo sétimo do presente regulamento prevê a obrigatoriedade de actualização anual das taxas, de acordo com a taxa de inflação publicadas pelo INE, tal como referia o regulamento anterior sobre a mesma matéria. Tendo questionado o Sr. Presidente do Executivo sobre se seria do seu conhecimento qualquer actualização de taxas pelos executivos anteriores, foi-lhe dito que não. Questionando ainda o Sr. Presidente da Junta sobre se seria do seu conhecimento ter sido trazida qualquer alteração ou ratificação de valores à Assembleia de Freguesia em vigor na altura, também a resposta foi negativa. Nesse sentido, o membro Fernando Batista questionou os restantes elementos da Assembleia provenientes de Assembleias de anteriores mandatos se poderiam afirmar ou negar o que lhe foi transmitido pelo Sr. Presidente do Executivo, não tendo obtido qualquer resposta. Face aos factos, concluiu que, para além do regulamento anterior não ter sido cumprido, na realidade não houve aumentos de taxas nos últimos anos, nem a Assembleia de Freguesia foi ouvida sobre o assunto e, nesse sentido, dirigindo-se directamente ao membro António Pinto, afirmou que, por omissão, salvaguardadas as necessárias “pontes”, tal corresponderia a haver, agora, uma diminuição das taxas, como ele solicitou anteriormente, porquanto tivesse havido a subida regulamentarmente obrigatória, porventura agora seríamos conduzidos a apresentar uma proposta de diminuição, terminando assim a sua intervenção.-----

Nesta sequência, e tal como previamente combinado, foram colocados à votação os pontos dois a nove, apurando-se os seguintes resultados: o ponto dois foi aprovado por unanimidade; o ponto três foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada do PSD; o ponto quatro foi aprovado por maioria com a abstenção do membro Amílcar Pereira; o ponto cinco foi aprovado por maioria com a abstenção do membro António Pinto do PS e da bancada do PSD; o ponto seis foi aprovado por unanimidade; o ponto sete foi aprovado por maioria, com a abstenção da Bancada do PSD excepto o membro Amílcar Pereira; o ponto oito foi aprovado por maioria, com abstenção do membro Amílcar Pereira e o ponto nove foi aprovado por unanimidade.-----

Avançado para os pontos dez, onze e doze, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta para sucinta apresentação seguindo a lógica usada para apresentação, discussão e votação dos pontos anteriores. Nestes termos recorda o Sr. Presidente da Junta que enquanto foi Vereador Municipal muito embora a lei não obrigasse, pois só com a publicação da lei 75/2013 tal passou a ser obrigatório, sempre procurou transferir algumas competências da Câmara Municipal para as Juntas de freguesia, porquanto mais próximas da população. Com a publicação desta nova lei tal passou a ser obrigatório mas nem por isso acompanhado de regras claras, razão por que a Câmara Municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesia entenderam reduzir a escrito a forma como se processaria a transferência dessas competências, quer em razão de responsabilidade quer, naturalmente, com o correspondente envelope financeiro que permitisse custear essas novas assunções. É nesse sentido, afirmou o Presidente do Executivo, que se apresenta a proposta número dez. Mais informou que a negociação do envelope financeiro foi difícil, sendo também difícil de ajuizar a justeza dos valores, mas função dos critérios escolhidos para se proceder à distribuição, aplicados igualmente a todas as freguesias, acabou a freguesia de Oiã por ver aumentado o seu quinhão em cerca de oito mil euros face às regras anteriores, tendo no caso de outras freguesias havido alguma diminuição. Mais referiu que o documento ora trazido, tal como os restantes, apenas têm a concordância de princípio do Executivo com a Câmara Municipal, nunca colocando em questão a posição, seja qual seja, da Assembleia de Freguesia, razão por que vêm os documentos a este órgão para discussão e votação. -----

Relativamente a este ponto, mas também ao ponto seguinte, o Sr. Presidente da Junta aproveitou a presença do Sr. Diniz Bartolomeu no público, a quem fez uma referência elogiosa, pela forma como, pelo que se sabe e conhece, sempre defendeu os interesses da freguesia de Oiã, à sua maneira, sendo frequentemente forçado a recorrer à “pedinchice” junto da Câmara. Não sendo esse o seu entendimento, nem forma de ser, o Sr. Presidente da Junta referiu a forma como tem lutado junto do Executivo Camarário, de forma a conseguir formalizar, como devido, as relações institucionais. É também com esse espírito, referiu, que surge a proposta número onze, relativa à cedência de materiais, pretendendo assim, também, melhor conseguir definir as prioridades das intervenções da Junta. Nestes termos, coube a Junta de Freguesia de Oiã o valor de doze mil euros, conforme regras definidas no protocolo presente à Assembleia. Mais referiu ainda ser agora necessário encontrar a melhor forma para executar, agilmente, o referido protocolo, de modo a poderem as Juntas aceder aos materiais no momento em que deles necessitam e não uma ou duas semanas depois, antes, no máximo, em dois ou três dias. Acrescentou, a este respeito mas generalizando, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro tem sido bastante receptivo às propostas apresentadas pelo Executivo da Freguesia de Oiã, o que muito lhe apraz, como deve também ser motivo de satisfação de todos os Oianenses. -----

Relativamente ao ponto doze referiu tratar-se de uma obrigatoriedade legal, correspondendo a uma obrigação da Junta de Freguesia participar nos aspectos relativos à higiene e limpeza das escolas da Freguesia, bem como complementarmente a outros aspectos relativos ao seu funcionamento, cabendo à junta uma participação de seis euros e meio por aluno, por ano lectivo. No caso, informou, a verba já foi cabimentada no orçamento de dois mil e catorze, tendo sido o valor entretanto agravado com o valor relativo a dois mil e treze, que acabou por não ser transferido em momento próprio, nem pelo Executivo anterior nem pelo presente, tendo havido mesmo alguma falta de informação. -----

Em género de conclusão, o Presidente do Executivo solicitou ao presidente da Mesa para levar à consideração da Assembleia a votação de um pedido de autorização especial, para lhe ser concedida a necessária delegação de competências, de forma a assinar a documentação em

referência nestes pontos, de modo a não atrasar os processos. Em resposta, foi pelo Presidente da Assembleia referido ter esse assunto presente e que o colocaria a apreciação em tempo próprio.-----

Nestes termos, deu o Presidente da Junta por encerrada a sua apresentação, passando o Presidente da Mesa a palavra à Assembleia para discussão dos pontos apresentados. Verificado que a Assembleia se considerou suficientemente informada, e não havendo questões a colocar, de imediato foi pelo Presidente da Assembleia colocado a votação o ponto dez que foi aprovado por unanimidade. Passando à votação do ponto onze, verificou-se também uma votação por unanimidade. Finalmente foi colocado a votação o ponto número doze, tendo-se verificado igualmente uma votação unânime.-----

Neste momento, e tendo presente a necessidade anteriormente manifestada pelo Sr. Presidente do Executivo, o Presidente da Mesa colocou a votação a necessária delegação de competências para dar assentimento ao referido no ponto onze, bem como, poder assinar os acordos/contratos referidos nos pontos dez e doze, por inclusão na convocatória da presente Assembleia de um décimo terceiro ponto. Ninguém se tendo oposto, o ponto treze foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Dando seguimento aos trabalhos, e antes de passar ao período aberto ao público, o Presidente da Mesa, pedindo desculpa a todos por o não ter feito em tempo próprio, solicitou ao Sr. Presidente do Executivo o favor de explicar à Assembleia em que ponto se encontra o desenvolvimento do *site* da junta, assunto já referido na Assembleia anterior, por elemento do público. Em resposta a esta matéria, o Sr. Presidente do Executivo referiu que se está a trabalhar no assunto, mas declarando a sua falta de conhecimentos técnicos, solicitou ao Sr. Tesoureiro da Junta, Sr. Armindo Silva, o favor de fornecer informações mais detalhadas. No uso da palavra e após cumprimentar os elementos da mesa, o restante Executivo, os membros da Assembleia e o público presente, o Sr. Tesoureiro explicou que é com todo o prazer que hoje, apenas quatro meses decorridos da tomada de posse deste Executivo, pode afirmar que quando os Srs. Membros da Assembleia forem para suas casas, poderão verificar que o *site* já estará ativo, no endereço: <http://www.jf-oia.pt>, podendo assim todos verificar que se trata de um domínio nacional, como sempre defendeu. Mais disse que também poderão verificar que existe um novo endereço de e-mail geral da Junta, associado ao domínio, bem como endereços para todos e cada um dos elementos do executivo, deixando assim o endereço geral da Junta de estar associado a servidores de e-mail genéricos e Internacionais, passando ainda todos os elementos do executivo a poder ser directamente contactáveis por esta via. Reconhecendo estar longe de concluído, referiu que o Executivo exortou já todas as associações da Freguesia a participarem na sua construção, colocando ali também os seus elementos, se assim entenderem, desde contactos a uma breve história da associação, até às principais actividades exercidas, entre outros. Também o Sr. Tesoureiro solicitou a todos os elementos da Assembleia, bem como qualquer freguês, a colaborar na construção do *site*, fornecendo elementos pertinentes que possam contribuir para levar mais longe a Freguesia de Oiã. Pretende-se, para além de publicar assuntos da Junta e da Assembleia, usar este meio para dar a conhecer toda a Freguesia, com todas as suas localidades e as suas principais referências, desde pontos turísticos, restaurantes, farmácia, instalações de saúde, oficinas de mecânica, etc., construindo mesmo um roteiro de visita à Freguesia, a quem virtualmente a visite e se aperceba das suas condições e beleza, contribuindo, desta forma, para provocar uma potencial visita física, culminando, eventualmente, nalguns dividendos para o desenvolvimento local.-----

Mais referiu que estão a ser criadas contas de e-mail para todos e cada um dos elementos da Assembleia de Freguesia, que lhes irão brevemente ser comunicadas, passando estas a ser usadas como meio oficial de contacto para assuntos relativos ao funcionamento deste órgão.

Mais informou, terminando, que os custos associados a este empreendimento, se ficaram por oitenta euros, sendo esse valor apenas devido ao registo de domínio e ao alojamento profissional e anual do *site*. Todo o resto é trabalho desenvolvido gratuitamente. -----

Foi de seguida solicitada a palavra pelo Presidente do Executivo para complementar a informação, referindo e reforçando a ideia de que “a Freguesia de Oiã é de todos”, registando com agrado as referências do membro Sérgio Lopes, bem como de outros elementos da Assembleia, relativas à sua vontade em colaborar e ajudar. Mais acentuou as reuniões já realizadas com as Associações e os reptos que lhes lançou, a favor de concretizações comuns, pois todos juntos conseguiremos melhor do que separadamente, não só as Associações, mas também os indivíduos, e aproveitou para agradecer a ajuda que o executivo tem recebido de várias pessoas que, se valorizáveis em dinheiro, já representariam valor significativo, valor esse que está a ser canalizado em obras em curso por toda a Freguesia, que solicitou aos Srs. Membros da Assembleia fossem visitar, até para poderem criticar, positivamente, pois sendo pessoa humilde, e não sabendo tudo, considera-se capaz de aceitar críticas, sobretudo quando construtivas. Terminando, reforçou ainda a sua vontade e posição públicas na expressão “Somos todos Oiã”, não importando se representamos esta ou aquela força política, este ou aquele Executivo, de ontem, de hoje, ou de amanhã. -----

Foi ainda solicitada a palavra pelo membro Inês Ribeiro, seguindo o repto do Sr. Presidente da Junta e na sequência de promessas já assumidas, para apelar aos presentes com conhecimentos técnicos na área, que compareçam na Junta a fim de ajudarem a preencher as declarações de IRS a todos aqueles se ali dirijam com essa necessidade, no calendário a estabelecer pelo executivo. O Senhor Presidente do Executivo agradeceu à Senhora Inês Ribeiro, depois de solicitada e obtida autorização para intervir, e, extensiva e previamente, agradeceu a todos quantos pudessem vir a participar nesta acção. Mais entendeu prestar um último esclarecimento, por entender ser de possível gravidade, de situação em curso e ainda de conhecimento muito recente, embora não conhecendo ainda os completos contornos, sobre confusões relativas a propriedade, existentes nos pousios, cujo assunto traria oportunamente à Assembleia. -----

Neste momento o Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção aberto ao público, constante no Edital e Convocatória, dando previamente a palavra ao Senhor Secretário Victor Loureiro para relembrar as regras de intervenção. De seguida, questionou os presentes sobre quem pretenderia usar da palavra. Esta foi solicitada pelo Senhor Fernando Picanço que, após cumprimentar todos os presentes, informou ter verificado que há longa data escorre pela Rua da Faia, a céu aberto, uma água de cor castanha na valeta contígua à ex fábrica de Ferragens, provavelmente contaminada. Referiu ter, no passado, levado esse assunto à Junta de Freguesia, sem sucesso, razão por que foi forçado a recorrer aos serviços da Câmara, que fizeram deslocar os serviços técnicos ao local para recolher amostras. Entretanto muito tempo passou e continuaram a existir, segundo o Senhor, dois problemas: primeiro – desconhece ainda o conteúdo daquelas poluentes; segundo – a valeta em causa continua por limpar, ocorrendo passagem daquelas águas para a via pública. Também mencionou a existência, mais acima e na mesma Rua, de um terreno que foi mexido e, não tendo sido protegido, está, quando chove muito, a colocar terras, junto com a água, para a estrada. Insistiu no assunto, sublinhando ter já alertado as autoridades competentes, mormente a Junta de Freguesia, há mais de meio ano. Apresentou ainda um problema que, do seu ponto de vista, é de bastante gravidade, pelo que se vai conhecendo. Prende-se com a Unidade de Saúde de Oiã e com a falta de médicos, mas também de material, conhecendo-se mesmo casos em que os doentes já levam os materiais necessários aos seus tratamentos. Prevê-se, disse, que a situação possa vir a piorar, caso se confirmem os rumores sobre a saída de mais médicos, o que, a seu ver, é inadmissível, e emana das políticas do actual governo. Mais informou que, face à gravidade da situação, houve um

grupo de utentes que se organizou em comissão, na qual se inclui, para dar expressão e voz à população da freguesia, tendo em vista a defesa de um serviço de saúde com qualidade como é exigível. Colocou ainda uma questão relativa à apresentação, na Junta, de uma proposta de moção para ser presente à Assembleia, em defesa dos doentes oncológicos, pretendendo saber se a mesma ainda está em estudo pelo executivo ou se este se decidiu por não a apresentar à Assembleia. Assim terminou a sua intervenção. -----

Foi seguidamente pedida a palavra pelo Senhor Dinis Bartolomeu, que, depois de cumprimentar os presentes, com particular referência aos membros dos atuais executivo e assembleia, não quis deixar de fazer uma breve nota sobre a forma como o actual Presidente do Executivo conseguiu negociar os protocolos apresentados, que muito gostaria de ter conseguido na sua vigência, pois tal representa, no seu entendimento, fortes ganhos na gestão da autarquia, contribuindo positivamente para uma melhoria das relações institucionais entre a Câmara e as Juntas, tornando-se claras as posições das partes e evitando a “pedinçice” referida pelo Senhor Presidente da Junta. Referiu ainda que passou por muitas negociações com a Câmara Municipal, tendo algumas deixado muito a desejar. Em todo o tempo que esteve no executivo, referiu, teve apenas dois mandatos em que as coisas correram muito bem, tendo sempre à disposição o material que necessitava, bem como o reconhecimento do Presidente na Câmara na própria Assembleia Municipal, pela boa utilização do material. Depois, nos mandatos seguintes, e ainda hoje não compreendendo o porquê, as negociações tornaram-se muito difíceis, parecendo ter havido penalizações sobre Oiã. E é por essa razão que, insistindo, julga estar o actual Presidente da Junta de parabéns, e naturalmente concorrendo isso a favor da freguesia, como é do seu ponto de vista intuito de todos os ali presentes. Terminando deixou ainda uma breve nota, reconhecendo pelo que vai apreciando e sabendo que o executivo está atento a todas as situações, mas informou que existe uma vala de água muito junto ao muro do cemitério de Oiã que precisa de rectificação. Não fosse o muro ter sido bem construído, passando a imodéstia, pelo seu executivo, e já teria caído. Lembrou ainda que custou muito dinheiro aos cofres da Junta, tendo a participação da Câmara sido reduzida, e importaria dar-lhe atenção, evitando o pior. -----

O Presidente da Assembleia ressaltou a nota positiva apresentada pelo Senhor Dinis Bartolomeu, tanto mais valorosa quanto a experiência dos últimos dezasseis anos à frente do executivo da Junta de Freguesia de Oiã que o Senhor Dinis corporiza. -----

Ainda neste período foi solicitada a palavra pelo Dr. Amílcar Pereira para fazer uma intervenção como público, porquanto em consciência se lhe imponha reforçar um dos problemas apresentados pelo Senhor Picanço. Referiu que nos últimos anos já foram por si feitas várias intervenções, quer em sede de Assembleia de Freguesia quer noutros locais, eventualmente mais ajustados, sobre a situação das condições do atendimento na saúde, quer no posto de Oliveira do Bairro quer em Oiã. Disse que já em tempos, ele próprio em conjunto com outros profissionais de saúde da freguesia de Oiã, fizeram chegar às entidades competentes uma demonstração da necessidade de alterações profundas na estrutura de profissionais existentes na extensão de Oiã, e que mesmo chegaram a ser ensaiadas providências que rapidamente foram destruídas, por razões que não pretendeu ali explicitar e alongar-se, mas disponibilizou-se para participar, no pouco tempo que tem disponível, de modo a poder contribuir com os conhecimentos especializados e outros que possui, carregados também por uma forte responsabilidade moral e de serviço público, para ajudar a formar uma reivindicação mais fundamentada, porquanto também reconhece que o problema está a tomar proporções indesejáveis. -----

De novo o Presidente da Assembleia reforçou mais uma participação positiva, a bem da freguesia, o que só contribui positivamente para amenizar as dificuldades hoje sentidas, como sinal dos tempos que estamos a viver. -----

Verificado não haver outros pedidos de intervenção, o Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Executivo para, querendo, responder a alguma das questões levantadas pelo público. Nessa sequência o Senhor Presidente do Executivo começou por responder ao Senhor Fernando Picanço, referindo estar no executivo há apenas quatro meses, não podendo os seis meses referidos ser relativos a qualquer participação a este executivo. Em qualquer caso o Presidente da Junta referiu ter estado com o Senhor Picanço a tratar de alguns assuntos, não estando ainda todos encerrados. No que respeita ao mau estado da valeta da Rua da Faia, referiu que só hoje lhe estava a ser dado conhecimento pelo Senhor Picanço, muito embora já conhecesse o problema, até porque lá ficaram algumas peças do seu automóvel dias antes, quando fez uma visita ao local, situação essa que julga do conhecimento do Senhor Picanço. Relativamente à qualidade da água que sai na zona da ex fábrica de ferragens, informou que o assunto estava entregue a quem tem competência na matéria a nível concelhio, e que tal era do conhecimento do Senhor Picanço, informando ainda que o assunto está a ser tratado pelo gabinete do ambiente da Câmara. Ainda quanto ao deslizamento de terras na mesma Rua, já o Presidente da Junta falou com o proprietário para a sua correcção, pois não deve competir à junta arranjar o que particulares estragam, pelo menos em primeira mão e enquanto tal não colocar em perigo os restantes cidadãos. Quanto à questão do Centro de Saúde, muito embora compreendendo a situação, o Presidente do Executivo referiu que as reclamações devem ser dirigidas ao locais próprios e que, enquanto Presidente da Junta nunca irá participar nessa, e já agora em qualquer outra, comissão, associação ou qualquer outro tipo de organização, por ser seu entendimento que deve haver separação de poderes. Referiu a título de exemplo que os estatutos da Associação do Carnaval prevêem a participação de um elemento da Junta, mas que tal terá de ser rectificado, pois com este executivo tal jamais poderá acontecer. Quanto à moção referiu tê-la lido, discutido em sede de executivo e mesmo em Assembleia Municipal, referindo entender tratar-se de uma moção excessivamente partidarizada, razão porque não lhe deu andamento. De seguida agradeceu as palavras do Senhor Dinis Bartolomeu, bem como a sua presença, afirmando que sempre iria ser bem recebido naquela casa, que sempre seria sua, e mais referiu ser conhecedor da luta e sofrimento da sua pessoa, enquanto Presidente de Junta de Oiã, nas discussões com o Senhor Presidente da Câmara nos últimos mandatos. Mais afirmou que nunca irá abdicar daquilo que a freguesia de Oiã tem por direito relativamente à Câmara Municipal, mantendo sempre claro quais as competências de cada instituição, garantindo exigentemente o cumprimento do que deve por esta ser cumprido, mas mantendo simultaneamente um espírito positivo e de boas relações, como deve ser e é seu timbre. No que respeita ao muro do cemitério referiu que o assunto está assegurado e que será definitivamente resolvido depois da intervenção, por parte da Câmara Municipal, na estrada que serve a escola C+S, por detrás do cemitério. Estrada essa que, entende, não ir ser construída da melhor forma, situação que já reportou à Câmara, na pessoa do seu Vice-Presidente Cristóvão Batista, aquando da sua recente visita à Freguesia, e da qual lavrou um memorando que servirá de guião às partes nas negociações, decisões, planificações e execuções futuras.-----
Nada mais havendo a tratar o presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se elaborou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada de acordo com a Lei.

O presidente da mesa _____

O primeiro secretário _____

O segundo secretário _____